

## Avaliação II

**Caracteres com espaço excluindo gráficos, tabelas, equações e referências:** 9.978

**Pergunta de investigação:** Em que medida ser do gênero feminino influencia nas chances de eleição nas eleições municipais majoritárias do Rio Grande do Norte e quais características das candidatas aumentam ou diminuem essas chances?

**Resposta:**

Conforme o Censo das Prefeitas Brasileiras 2021-2024 (ALZIRAS, 2024), apenas 12% dos municípios são comandados por mulheres, mesmo elas representando 51% da população brasileira. Ademais, nas eleições municipais de 2024, das 15.455 candidaturas ao cargo de prefeito, apenas 15% eram femininas; e, dos 5.569 eleitos, somente 13% eram mulheres (CNM, 2024).

Esse cenário de baixa presença feminina tanto nas candidaturas quanto no comando do executivo municipal, ocorre em meio a vigência da lei de cotas eleitorais de gênero, que obriga, com penalidade caso descumprida, que cada partido/coligação preencha o mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1977). Entretanto, a lei, ao não definir qual dos sexos deve levar cada porcentagem de candidaturas reservadas, firmou o percentual de 30% como o valor máximo para a proporção de mulheres apresentadas pelos partidos políticos (SPOHR et al., 2016).

Dessarte, há uma sub-representação das mulheres nas casas executivas municipais do Brasil, sobretudo no que tange à representação descritiva, isto é, à porcentagem de mulheres prefeitas em relação a porcentagem de mulheres na população brasileira (PITKIN, 1967). Isso se estende também à representação descritiva de outros grupos minoritários da sociedade, como pessoas pretas, pardas e indígenas e pessoas da comunidade LGBTQIAP+ (MEDEIROS et al., 2022), já que as vivências desses grupos são interpeladas por questões de gênero. Isso é o que Crenshaw (2002) denomina interseccionalidades, a saber as várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com outros marcadores sociais da diferença e da desigualdade, de modo a moldar diferentes vivências para pessoas de um mesmo gênero.

A título de exemplo, embora compoñham 28% da população brasileira, mulheres negras comandam apenas 4% dos municípios (ALZIRAS, 2024). Já pessoas transsexuais e não binárias compõem 2% da população, mas, nas eleições municipais de 2024, houveram somente três candidaturas de mulheres trans ao executivo municipal, nenhuma delas eleita (ANTRA, 2024). Logo, as interseccionalidades que compõem a vivência de pessoas do gênero feminino não aparecem bem representadas no executivo municipal brasileiro. Isso leva

a uma baixa representação descritiva do que Iris Young (2006) chama de perspectivas sociais, isto é, visões que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais, geradas pela posição do indivíduo na estrutura social e as suas vivências advindas dessa.

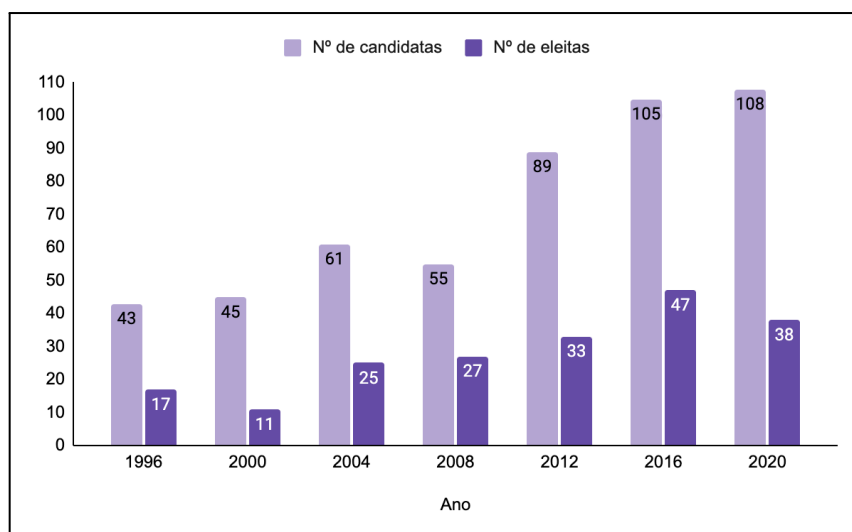
A literatura de Ciência Política aponta diversas causas possíveis para essa sub-representação descritiva no Brasil, dividindo entre dois grupos de fatores: geográficos e institucionais; e socioeconômicos, culturais e históricos. Dentre os primeiros, encontram-se a região do país (MIGUEL; QUEIROZ, 2006); o tamanho do município (SACCHET, 2013); às características do sistema eleitoral e a presença ou não de cotas (ARAÚJO; ALVES, 2007 e SPOHR et al., 2016); as regras de financiamento (PEIXOTO; MARQUES; RIBEIRO, 2022); e os partidos políticos (SACCHET, 2020).

Já no segundo grupo, elenca-se o tempo desde a introdução do sufrágio feminino (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2019); a integração das mulheres na economia e a divisão sexual do trabalho (SACCHET; SPECK, 2012); papéis de gênero (RAMOS, 2015) e violência política de gênero e raça (ARCHENTI; ALBAINE, 2018). Aqui, o estado do Rio Grande do Norte (RN) apresenta-se como um caso interessante: foi o primeiro estado a garantir o voto feminino em 1927, cinco anos antes do sufrágio feminino ser conquistado; teve a primeira mulher candidata e eleita como prefeita não só do país, mas da América Latina; além de ser precursor de ideais feministas de igualdade e emancipação desde o Brasil Império (BRASILEIRO; SOUZA; BARROS, 2020).

Muito por conta dessas características, o RN configura-se historicamente como um dos estados que mais lança candidaturas e que mais elege mulheres nas eleições do executivo municipal (ibid.), tendo, em 2024, 25,61% das prefeituras comandadas por mulheres. A partir do gráfico 01, observa-se que as candidaturas femininas aumentaram significativamente ao longo das sete eleições analisadas. Isso vai ao encontro do observado por Speck (2018), de que a eleição de uma prefeita aumenta em até 1,8 vezes a chance de ter candidatas lançando-se pela primeira vez na eleição seguinte, de modo que o sucesso eleitoral feminino tem um “efeito contagiante”.

Entretanto, o número de eleitas não atinge 50% das candidaturas em nenhum ano, o que corrobora com o observado por Sacchet (2013) de que a lei de cotas eleitorais não é efetiva para aumentar a proporção de mulheres eleitas, sendo necessário observar as variáveis geográficas, institucionais, socioeconômicas, culturais, e históricas apontadas pela literatura.

**Gráfico 01 - Candidaturas femininas à prefeitura do RN (1996-2020)**



Fonte: elaboração da autora com base nos dados do repositório do TSE

Assim, tendo em vista a sub-representação descritiva de pessoas do gênero feminino e suas interseccionalidades no comando das prefeituras brasileiras; os fatores apontados pela literatura para tal; e o histórico do RN de pioneirismo na inserção das mulheres na política; objetiva-se responder: em que medida ser do gênero feminino influencia nas chances de eleição nas eleições municipais majoritárias do RN e quais características das candidatas aumentam ou diminuem essas chances?

Para isso, estimou-se dois modelos de regressão logística com base nos dados das eleições municipais do RN de 2016 e 2020<sup>1</sup> coletados no repositório de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Visando responder em que medida ser do gênero feminino no RN aumenta ou diminui as chances de eleição, o modelo 01 teve como variável dependente o resultado eleitoral e como variável independente o gênero da candidatura.

#### **Equação 01 - Modelo 01**

$$\text{logit}(p) = \ln(p/1 - p) = \beta_0 + \beta_1 X_{\text{gênero}} + \varepsilon_i$$

Já o modelo 02 procurou responder, como as características socioeconômicas das candidatas do gênero feminino influenciam nas chances de eleição. Assim, teve como variável dependente o resultado eleitoral e como variáveis independentes a raça, o grau de instrução e o estado civil da candidata.

---

<sup>1</sup>Selecionou-se esse recorte temporal pois 2016 é o primeiro ano em que é coletado a autodeclaração de raça dos candidatos e 2020 é o último ano, até a data de escrita deste trabalho, no qual o resultado eleitoral de cada candidato está consolidado como “eleito” e “não eleito”.

Escolheu-se trabalhar com a raça da candidatura devido à baixa representação de mulheres não brancas na política (ALZIRAS, 2024 e ARCHENTI; ALBAINE, 2018). O Grau de instrução foi selecionado como variável devido ao apontado por Sacchet e Speck (2012) de que o perfil das mulheres eleitas é marcado por alta escolaridade, podendo um diploma universitário aumentar em até 50% as chances de eleição. Por fim, o estado civil foi selecionado devido ao impacto da dupla jornada e dos papéis de gênero atribuídos a mulheres casadas em suas carreiras políticas (ARAÚJO; ALVES, 2007).

**Equação 02 - Modelo 02**

$$\text{logit}(p) = \ln(p/1 - p) = \beta_0 + \beta_1 X_{\text{raça}} + \beta_2 X_{\text{grau de instrução}} + \beta_3 X_{\text{estado civil}} + \epsilon_i$$

Conforme a tabela 01, a porcentagem de pessoas do gênero masculino é maior tanto entre as candidaturas quanto entre os eleitos no RN nas eleições para prefeito de 2016 e 2020. Diante desse cenário, o modelo 01 estimou que ser do gênero feminino aumenta em 9.33% as chances de eleição nas disputas para prefeito no RN, em relação a ser do gênero masculino.

**Tabela 01 - Distribuição de candidatos por gênero e resultado eleitoral**

Resultado eleitoral	2016				2020			
	M	%	F	%	M	%	F	%
Eleito	133	29	47	10	132	29	38	8
Não eleito	218	48	58	13	259	57	70	15
Total	351	77	105	23	391	78	108	22

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do repositório do TSE

Contudo, esse aumento nas chances de mulheres não é estatisticamente significativo ( $p > 0.1$ ), indicando que, embora exerça efeitos, o gênero da candidatura sozinho não é capaz de explicar as chances de sucesso eleitoral. Nesse sentido, observou-se no modelo 02 a raça, o grau de instrução e o estado civil das candidatas.

Conforme a tabela 02, a maioria das candidatas e das eleitas são brancas, com ensino superior completo, e casadas. Diante dessa distribuição, o modelo 02 estimou que mulheres autodeclaradas como pretas, pardas, indígenas, e amarelas têm 39.24% menos chances de serem eleitas em comparação às mulheres brancas. Com relação ao grau de escolaridade, mulheres sem ensino superior têm 16.61% menos chances de serem eleitas em relação às mulheres com ensino superior (completo ou incompleto). Por fim, mulheres divorciadas, solteiras, separadas, e viúvas têm 30.92% menos chances de serem eleitas do que aquelas que

são casadas. Dessas variáveis exploradas, somente raça mostrou-se estatisticamente significativa ( $p < 0.1$ ).

**Tabela 02 - Distribuição das candidatas por raça, grau de instrução e estado civil**

Variável		2016		2020		
	Categoria	Candidatas	Eleitas	Categoria	Candidatas	Eleitas
<b>Raça</b>	Amarela	1%	-	Amarela	-	3%
	Branca	65%	77%	Branca	66%	66%
	Parda	32%	23%	Parda	26%	29%
	Preta	2%	-	Preta	6%	3%
	Indígena	-	-	Indígena	1%	-
	Não declarada	-	-	Não declarada	1%	-
<b>Grau de instrução</b>	EF completo	3%	-	EF completo	2%	-
	EF incompleto	3%	2%	EF incompleto	1%	-
	EM completo	14%	10%	EM completo	23%	32%
	ES completo	75%	81%	ES completo	70%	63%
	ES incompleto	5%	7%	ES incompleto	4%	5%
<b>Estado civil</b>	Casada	55%	60%	Casada	64%	71%
	Divorciada	8%	2%	Divorciada	7%	3%
	Separada	2%	2%	Separada	1%	-
	Solteira	31%	32%	Solteira	26%	24%
	Viúva	4%	4%	Viúva	2%	3%
Total		105	47			
					108	38

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do repositório do TSE

Olhando de forma interseccional para os dados, tem-se que a probabilidade de uma mulher não branca, sem ensino superior, e solteira de ser eleita é de aproximadamente 24.9%. Com essas características, das 85 mulheres eleitas entre 2016 e 2020, apenas três foram eleitas. Já a probabilidade de uma mulher branca, com ensino superior, e casada de ser eleita é de aproximadamente 48.6%, quase o dobro do observado para o outro grupo. Com essas características, foram eleitas 31 mulheres no recorte temporal.

Portanto, considerando as estimações dos modelos, conclui-se, para as eleições municipais majoritárias no RN, embora sem significância estatística, que ser do gênero

feminino aumenta pouco as chances de eleição; e que ser branca, com ensino superior completo e casada, aumenta ainda mais essas chances. Isso, aliado ao fato de que homens ainda são maioria candidata e eleita, denota baixa representação descritiva de diferentes perspectivas sociais (YOUNG, 2006). Dentre as limitações da pesquisa, destaca-se o tamanho pequeno da amostra; a ausência de comparação do efeito das variáveis socioeconômicas nas chances de sucesso eleitoral entre homens e mulheres; e a ausência de outros marcadores sociais da diferença e da desigualdade na análise, como geração, e ocupação das candidatas.

Dessarte, faz-se mister a realização de uma pesquisa futura que contenha essas variáveis e que explore também os fatores geográficos e institucionais do RN, como o tamanho dos municípios; as estratégias de recrutamento das candidaturas femininas por parte dos partidos políticos; e a dinâmica das elites políticas regionais de manutenção do poder por meio da indicação das mulheres da família ao pleito, identificada no RN por Brasileiro, Souza e Barros (2020).

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D.. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 535–577, 2007.

ARCHENTI, Nélida; ALBAINE, Laura. "O feminismo na política: paridade e violência política de gênero na América Latina." **Cadernos Adenauer XIX**: Participação política feminina na América Latina, n. 1, p. 9-24, 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS. Eleições 2024. **ANTRA**, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2024/>. Acesso em: 02/12/2024.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 189, p. 21801-21812, 1 de outubro de 1977.

BRASILEIRO, C.; SOUSA, A; BARROS, T. Pioneirismo feminino na política: uma análise das eleições para prefeita de 1996-2016 nos municípios do Rio Grande do Norte. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, 2020.

CENSO DAS PREFEITAS BRASILEIRAS (2021-2024). **Instituto Alziras**. Disponível em: <https://prefeitas.institutoalziras.org.br/censo/>. Acesso em: 02/12/2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Estudo: os resultados das eleições municipais de 2024. Brasília: **CNM**, 2024. Disponível em: [https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos\\_tecnicos/202410\\_ET\\_GMUN\\_Resultados\\_Eleicoes\\_Municipais\\_2024.pdf?t=1730211792](https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202410_ET_GMUN_Resultados_Eleicoes_Municipais_2024.pdf?t=1730211792). Acesso em: 02/12/2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana; SCHMITT, Stefanie. "Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil." **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, 2019.

MEDEIROS, Bárbara et al. "Ativismo trans e reconhecimento: por uma “transcis-rexistência” na política brasileira". **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 02, p. 363-385, ago. 2006.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). **Estudos Avançados**, vol. 36, no 106, p. 93–116, 2022.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. Berkley: University of California Press, 1967.

RAMOS, Daniela. "A família e a maternidade como referências para pensar a política." **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 87–120, jan. 2015.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. 1 ed. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. p. 167-205.

SACCHET, Teresa. Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. **Cadernos Adenauer XIV**, no. 2, p.85–107, 2013.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos. desigualdades de gênero em disputas eleitorais e processos legislativos, em: BIROLI (org.): **Mulheres, poder e ciência política**. Campinas, Brasil: Unicamp, 2020.

SPECK, Bruno Wilhelm. O efeito contagiante do sucesso feminino: A eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. **Latin American Research Review**. v.53, n.1, p. 57-75, 2018.

SPOHR, A. P. et al.. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 417–441, 2016.

YOUNG, Iris. "Representação política, identidade e minorias." **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139–190, 2006.

#### **Anexos:**

##### **A. Coeficientes dos modelos**

**Modelo 01**

Variável	Coefficiente	Razão de chance	Aumento percentual	p-valor
Intercepto	-0.76619432	0.4647785	-53.522150	0
Gênero	0.08920383	1.0933035	9.330348	1

**Modelo 02**

Variável	Coefficiente	Razão de chance	Aumento percentual	p-valor
Intercepto	-0.05510259	0.9463881	-5.361195	1
Raça	-0.49819634	0.6076256	-39.237438	0.1
Grau de Instrução	-0.18163439	0.8339062	-16.609383	1
Estado civil	-0.36984085	0.6908443	-30.915573	1